



Índice

- 01** Índios articulam protesto em frente ao Congresso; Funai "reconhece legitimidade"
- 02** Índios invadem propriedade rural no Norte gaúcho
- 03** Povos indígenas se mobilizam por seus direitos em todo o País
- 04** Nota da Fundação Nacional do Índio sobre a Mobilização dos Povos Indígenas
- 05** Comissão quer esclarecer demarcação de terras indígenas em audiência
- 06** A Mobilização Nacional Indígena, de 30 de setembro a 05 de outubro
- 07** Movimento Passe Livre adere a manifestação indígena em São Paulo
- 08** Chamada para submissão de artigos sobre saúde indígena vai até 30 de setembro
- 09** Depois de duas horas de negociação, indígenas têm entrada liberada no Congresso
- 10** CFP participará da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena
- 11** Ilha do Bananal: Projeto de travessia quer atender cinco mil índios
- 12** Mobilização indígena em Roraima: um ato de amor à mãe terra e contra a violação dos direitos indígenas e a PEC 215
- 13** Interesse Público: MPF defende direito à terra dos quilombolas



Índios articulam protesto em frente ao Congresso; Funai "reconhece legitimidade"
SÍTIO FOLHA DE SÃO PAULO, 30.09.2013

Índios, indigenistas, ambientalistas e entidades ligadas aos direitos indígenas articulam um protesto em frente ao Congresso Nacional, em Brasília. A manifestação está marcada para as 16h de terça-feira (1º). Atos públicos ao longo de semana também devem acontecer em mais três capitais: São Paulo, Belém (PA) e Rio Branco (AC).

Os organizadores pretendem reunir em Brasília 1,2 mil índios de diversas etnias no país, o que seria o maior ato indígena na Esplanada dos Ministérios desde 2011, início do governo Dilma Rousseff.

Na quarta-feira (2), os organizadores pretendem reunir manifestantes a partir das 17h no vão do Masp, em São Paulo. Há também protestos convocados para a frente das embaixadas brasileiras em Berlim e Londres.

Os protestos são convocados pela organização não governamental Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), que congrega algumas das principais entidades indígenas sediadas no Norte, Centro-Oeste, Sul e Sudeste, e apoiados pelo Cimi (Conselho Indigenista Missionário), Isa (Instituto Socioambiental), CTI (Centro de Trabalho Indigenista), Comissão Pró-Índio de São Paulo, Greenpeace e Coordenação Nacional de Comunidades Quilombolas, dentre outros.

Os protestos têm como tema a "defesa da Constituição", que completa 25 anos de promulgação no próximo dia 5. O artigo 231 diz que "são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens".

O pano de fundo dos protestos são as ameaças vindas do Executivo e do Legislativo, com apoio da bancada ruralista, para alterar e dificultar o atual sistema administrativo de demarcação de terras indígenas no país. O governo federal e a Câmara analisam propostas que esvaziavam os poderes atuais da Funai (Fundação Nacional do Índio) na delimitação dos territórios. A organização do protesto levou a Funai a emitir uma nota na última sexta-feira (27), na qual "reconhece a legitimidade" dos protestos.

"A Funai, órgão público federal coordenador da política indigenista do Estado brasileiro, que tem como missão institucional a proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas, reconhece a legitimidade da mobilização e dos objetivos que pautam essa ação organizada pelo movimento indígena, e considera relevante o debate sobre os rumos da política indigenista do Brasil, sobretudo face às recentes iniciativas e proposições que tendem a restringir o núcleo constitucional relativo aos direitos desses Povos, especialmente os territoriais", diz a nota.

CONT.



Indígenas e indigenistas acusam o governo Dilma Rousseff de ser leniente na demarcação de terras indígenas e ceder às pressões da bancada ruralista. Os ruralistas afirmam que há demarcações sem critérios técnicos e baseadas em laudos antropológicos questionáveis.

Em maio, durante uma tensa audiência na Comissão de Agricultura da Câmara organizada pelos parlamentares ligados ao agronegócio, a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, criticou a Funai e disse que o governo estava preparando um novo modelo para a demarcação de terras. A mudança incluiria ouvir órgãos ligados à agricultura no processo que define os limites de novas áreas indígenas.

"A Funai não está preparada, não tem critérios claros para fazer gestão de conflito, não tem capacidade para mediação", disse Gleisi na ocasião, ressaltando ser "errado dizer que a Funai é criminosa".

Em junho, a imprensa informou que o governo apressava o passo para definir mudanças no sistema de demarcação. À imprensa, Gleisi negou que esteja em curso um processo de esvaziamento da Funai. Ela disse que a palavra do órgão "não vai ser desconsiderada de maneira nenhuma", por meio de laudos antropológicos.

"Nós queremos apenas ter instrução de outros órgãos para que a gente possa basear as decisões. Porque a decisão de demarcações não é uma decisão só da Funai. Ela sobe para o ministro da Justiça e para a presidenta", disse Gleisi, na época.

Outros vários sinais contrários à Funai vêm do Legislativo. Uma proposta de emenda à Constituição datada do ano 2000 (PEC 215), de autoria do deputado Almir Sá, ex-PPB de Roraima, voltou a tramitar no ano passado na Câmara dos Deputados. A medida prevê retirar do Executivo a atribuição exclusiva de delimitar terras indígenas.

Em abril, dezenas de índios invadiram o plenário do Congresso Nacional para protestar contra a criação de uma comissão, determinada pelo presidente da Câmara, Henrique Alves (PMDB-RN), para analisar a tramitação da PEC.

A Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas abriu ação no STF (Supremo Tribunal Federal) para tentar suspender a tramitação da PEC. No último dia 20, contudo, o ministro Luís Roberto Barroso negou o pedido de liminar.



Índios invadem propriedade rural no Norte gaúcho

SÍTIO CORREIO DO POVO, 30.09.2013

Grupo de cerca de 100 pessoas acampou localidade em Sananduva

Cerca de 100 indígenas invadiram na manhã desta segunda-feira uma propriedade rural na localidade de Bom Conselho em Sananduva, no Norte gaúcho. De acordo com a Brigada Militar (BM), o grupo afirma ser pacífico, mas os índios carregavam arcos, flechas e facões.

Os índios seriam integrantes do mesmo grupo que invadiu outra área na localidade de São Caetano, em julho. A residência que eles invadiram estava desabitada. O proprietário, Leonir Caldato, já registrou ocorrência na Polícia Civil (PC) e deverá solicitar, via judicial, a reintegração de posse. A Brigada Militar (BM) monitora a região.

Os índios alegam que há demora no processo de demarcação de áreas da região já declaradas em portaria como reserva. Ao todo, 163 famílias são proprietárias das terras envolvidas, num total de 1,9 mil hectares.



Povos indígenas se mobilizam por seus direitos em todo o País

SÍTIO PSB40, 30.09.2013

A Mobilização Nacional Indígena vai promover, do dia 1º de outubro até o dia 5, manifestações em vários locais do País. Estão confirmados atos em pelo menos quatro capitais: Brasília, São Paulo, Belém e Rio Branco, além de cidades no interior. Nesta terça-feira (1º), às 16 horas, haverá uma manifestação em frente ao Congresso Nacional.

A mobilização foi convocada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) para defender a Constituição, os direitos de povos indígenas e tradicionais e o meio ambiente. No dia 5 de outubro, a Carta Magna completa 25 anos.

Em entrevista ao jornal Metro, a deputada Janete Capiberibe (PSB/AP) defendeu que é preciso muita mobilização nas ruas para evitar a fragilização dos direitos dos povos indígenas. "A força econômica e política da bancada ruralista é imensa, como deu para perceber na aprovação do Código Florestal, e esses parlamentares, motivados pelo lucro privado conseguiriam impor o argumento de que há muita terra para pouco índio", alerta, tratando especificamente das proposições que pretendem transferir para o Congresso a demarcação das Terras Indígenas ou abri-las para atividades econômicas.

O objetivo da Mobilização Nacional é protestar contra o ataque generalizado aos direitos territoriais dessas populações. Segundo a APIB, a ofensiva parte do governo, da bancada ruralista no Congresso e do lobby de grandes empresas de mineração e energia. "Mesmo depois dos protestos de abril deste ano, quando centenas de indígenas ocuparam o plenário da Câmara e a frente do Palácio do Planalto, seguem as tentativas de destruir o artigo 231 da Constituição, que assegura os direitos dos povos indígenas sobre suas terras", informa a entidade.

Centenas de projetos tramitam no Congresso para restringir os direitos de populações indígenas, de quilombolas e de outras populações tradicionais sobre suas terras, além de tentarem impedir a criação de unidades de conservação. Entre eles, estão as Propostas de Emenda Constitucional (PECs) 215/2000 e 38/1999, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 227/2012 e o Projeto de Lei (PL) 1.610/1996.

Para a APIB, o governo de Dilma Rousseff tem o pior desempenho na demarcação de Terras Indígenas (TIs) desde a redemocratização. Mesmo assim, pretende dificultar ainda mais a criação de novas áreas com mudanças nos processos demarcatórios. A Portaria 303 da Advocacia-Geral da União (AGU) também restringe drasticamente os direitos territoriais indígenas. Ao mesmo tempo, o governo federal segue financiando com bilhões de reais o modelo agrícola baseado no latifúndio, que concentra renda e terra, emprega pouco, abusa dos agrotóxicos, expulsa do campo trabalhadores rurais, camponeses, populações indígenas e tradicionais.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 177/ 2013

Brasília, 01 de outubro de 2013.

A Mobilização Nacional Indígena é apoiada por organizações indígenas e indigenistas, como o Instituto Socioambiental (ISA), o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), o Greenpeace, a Coordenação Nacional de Comunidades Quilombolas (Conaq) e o Movimento Passe Livre (MPL).

Confira, abaixo, a Programação Nacional:

1/10, terça, às 16h – Ato Público em frente ao Congresso Nacional, Brasília (DF)

2/10, quarta, às 17h – Ato Público em frente ao Masp, av. Paulista, São Paulo (SP)

2/10, quarta, às 18h – Ato Público na Faculdade Metropolitana da Amazônia (Famaz), Av. Visconde de Souza Franco, nº 72, Bairro Reduto (Doca), Belém (PA)

2/10, quarta – Encontro dos Povos Indígenas de Roraima no abraço a Roraima e comemoração dos 25 anos de aniversário da Constituição, comunidade Sabiá, município de Pacaraima

03/10, quinta, às 8h – Marcha de Resistência dos Tapeba e de outros povos indígenas do Ceará, concentração na Praça da Matriz de Caucaia, região metropolitana de Fortaleza (CE)

4/10, sexta, às 7h – Concentração em frente à Casa dos Povos Indígenas, antigo Espaço Kaxinawa, Av. Ceará, Centro, Rio Branco (AC)

Programação das manifestações em Brasília (alguns eventos a confirmar)

Terça-feira, 01/10:

- Coletiva de imprensa, às 16 h, em frente ao Congresso.
- Ato sobre os Direitos Indígenas e articulações no Congresso, a partir das 16h.
- Reunião com a Frente Parlamentar de Apoio aos povos indígenas e Frente Parlamentar de Direitos Humanos.
- Reunião com representantes da Bancada Ruralista.
- Audiência com presidentes do Senado e da Câmara.

Quarta-feira, 02/10:

- Audiência Pública sobre os 25 anos da Constituição Federal e os direitos indígenas, na Câmara.
- Instalação da subcomissão de assuntos indígenas da Comissão de Legislação Participativa (CLP) na Câmara.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 177/ 2013

Brasília, 01 de outubro de 2013.

Quinta-feira, 03/10:

- Articulações, Audiências e Reuniões em distintas instâncias do Poder Executivo (Presidência da República, Ministérios, Autarquias e Outras).

Sexta-feira, 04/10:

- Visitas e audiências no Supremo Tribunal Federal e Conselho Nacional de Justiça.



Nota da Fundação Nacional do Índio sobre a Mobilização dos Povos Indígenas
SÍTIO RACISMO AMBIENTAL, 30.09.2013

A Fundação Nacional do Índio – FUNAI, a par da mobilização que será realizada pelo Movimento Indígena na semana compreendida entre os dias 30/09 a 05/10/13, convocada pela Articulação dos Povos Indígenas no Brasil – APIB, que tem como pauta e objetivo a defesa da Constituição Federal, cuja promulgação completa 25 anos no dia 05/10/2013, e da garantia e efetivação dos direitos dos Povos Indígenas, dos Quilombolas, de outras comunidades tradicionais, e dos camponeses, entende que:

1. Constituição de 1988, reconhecida como Constituição Cidadã, estabelece o marco de um projeto político voltado a consolidar os princípios, diretrizes, e direitos voltados à garantia de um Estado Democrático de Direito, consagrando a justiça social, a igualdade, a liberdade, e a diversidade cultural como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos.
2. Esse avanço se deu como resultado da luta pela redemocratização do Estado, e se concretizou mediante o protagonismo da sociedade civil e a forte mobilização de diversos segmentos sociais, historicamente desconsiderados como sujeitos políticos e detentores de direitos, dentre os quais se destacaram os Povos Indígenas.
3. A Funai, órgão público federal coordenador da política indigenista do Estado brasileiro, que tem como missão institucional a proteção e promoção dos direitos dos Povos Indígenas, reconhece a legitimidade da mobilização e dos objetivos que pautam essa ação organizada pelo Movimento Indígena, e considera relevante o debate sobre os rumos da política indigenista do Brasil, sobretudo face às recentes iniciativas e proposições que tendem a restringir o núcleo constitucional relativo aos direitos desses Povos, especialmente os territoriais.

Nesse sentido, afirmamos que esta Fundação, como instituição pública integrante da estrutura do Governo Federal, vem promovendo, no estrito cumprimento de suas atribuições legais, discussões e ações em defesa dos artigos 231 e 232 da Carta Magna, no âmbito de espaços institucionais dos Poderes Executivo, Legislativo, e Judiciário, sobretudo, em defesa do reconhecimento da organização social, costumes, línguas, crenças e tradições indígenas, e direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam.

Brasília, 27/09/2013
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI



Comissão quer esclarecer demarcação de terras indígenas em audiência

SÍTIO JORNAL BRASIL, 30.09.2013

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural vai realizar audiência pública com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, na quarta-feira (2), para ouvir esclarecimentos sobre a identificação e a delimitação de terras indígenas no Sul da Bahia, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul.

Um dos deputados autores da proposta de debate, deputado Oziel Oliveira (PDT-BA), argumentou que após vários diálogos com o governo, nenhuma ação efetiva foi tomada para sanar os conflitos. "Por isso, proponho ouvir esclarecimentos sobre as dificuldades relatadas".

Bahia

Nas últimas semanas foram noticiadas pela mídia invasões de índios em uma área situada entre os municípios de Buerarema, Ilhéus e Una, na Bahia, região conhecida como Serra do Padeiro.

Mais de 300 índios participaram das ações de ocupação das fazendas, localizadas em uma área de mais de 47 mil hectares. As propriedades, porém, têm em média três hectares, e as invasões atingem principalmente pequenos agricultores.

A área está em processo de reconhecimento pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e o processo tramita no Ministério da Justiça, o que tem motivado a ocupação das terras.

RS e MG

Em agosto último, a Comissão de Agricultura aprovou proposta que anula os efeitos da portaria do Ministério da Justiça (2.222/12-MJ) que concede aos grupos indígenas Guarani Chiripá e Mbya, da terra Mato Preto, o direito de posse de um território que ocupa municípios do Rio Grande do Sul.

O deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), que também propôs o debate, argumentou que a demarcação incide sobre uma área que não preenche os requisitos constitucionais para ser reconhecida como indígena, pois na região estão estabelecidos trabalhadores rurais e pequenos agricultores e suas famílias.

Ele também citou os problemas da demarcação artificial de área indígena na região de Pompéu e Martinho Campos, em Minas Gerais. Segundo o relator da comissão, deputado Vitor Penido (DEM-MG), nesse caso, quando a Funai resolveu criar uma área indígena nos municípios citados, foi realizado estudo antropológico e chegou-se à conclusão de que o processo de demarcação era inviável, porque os índios que seriam beneficiados nunca compartilharam um território comum.

CONT.



Indígenas no Brasil

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem hoje cerca de 740 mil indígenas divididos em mais de 200 etnias. Conflitos entre eles e o setor produtivo brasileiro têm se tornado cada vez mais evidentes na mídia nacional. Eles são motivados principalmente por divergências entre identificações, delimitações e demarcações de terras indígenas que, muitas vezes, se sobrepõem às terras produtivas.

Convidados

Além do ministro da Justiça, foram convidados para o debate:

- a presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Maria Augusta Boulitreau Assirati;
- o diretor do Fórum Teixeira de Freitas, juiz federal Avio Mozar José Ferraz de Novaes;
- os procuradores da República do Rio Grande do Sul em Erechim, Ricardo Gralha Massia e Rodinei Escobar Xavier Candeia;
- o prefeito de Martinho Campos (MG), Francisco Ludovico de Medeiros;
- o prefeito de Pompéu (MG), Joaquim Campos Reis;
- a prefeita de Una (BA), Diane Brito Rusrus;
- o prefeito de Ilhéus (BA), Jabes Ribeiro; e
- o prefeito de Buerarema (BA), José Agnaldo Barreto dos Anjos.

A audiência será realizada às 14h30, no Plenário 6.



A Mobilização Nacional Indígena, de 30 de setembro a 05 de outubro

SÍTIO PORTAL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS, 30.09.2013



Aula aberta sobre a escalada autoritária do governo, as ameaças à Constituição e os direitos de indígenas e populações tradicionais à terra. A aula acontece em Brasília nesta segunda-feira (30), em transmissão online via livestream. Uma conversa aberta e informal com professores da UnB, estudantes indígenas e indigenistas sobre a escalada autoritária do governo atual e as ameaças correntes aos direitos constitucionais dos indígenas e de populações tradicionais.

Facebook

"Produtor rural, você que precisa da água nas suas lavouras, você que precisa do controle biológico de pragas, dos animais polinizadores no seu pomar, cafezal ou cultivo de flores, junte-se nós nessa luta. Cidadino, você que compreende a importância dos povos indígenas para manutenção dos serviços ambientais, seu valor cultural e linguístico. Junte-se a nós nessa luta.

"Os ruralistas dizem que tem muita terra para pouco índio mas. Muita terra têm os grandes produtores rurais, representados pela CNA. Segundo o IBGE, os 67 mil maiores proprietários possuem 195 milhões de hectares, 72% a mais que os índios. Além disso, as terras indígenas preservam 98% da sua vegetação nativa e prestam serviços ambientais a toda sociedade."

Em 1988 os Mebengokrê também conhecidos como Kayapó, em parceria com lideranças indígenas de diversas etnias foram a Brasília lutar pela garantia de seus direitos na Constituição Federal. O artigo 225; garante que um meio ambiente equilibrado é direito de todo cidadão, indígena ou não indígena. De certa forma, se reconhece, que o índio utiliza a sua terra de forma sustentável, sem destruir as matas os rios.

A civilização indígena brasileira tem preservado e continua a preservar o meio ambiente até hoje. A biodiversidade da floresta e seu potencial farmacológico está lá ainda hoje graças aos indígenas. O regime de chuvas, a qualidade e quantidade das águas tão importantes para consumo das populações urbanas e essencial para produção de energia hidrelétrica. O volume de água está diminuindo. Preservar o direito do índio sobre sua terra é também preservar e proteger a vegetação riparia, mananciais e as nascentes.

A sociedade brasileira conta com o índio para existir, produzir e se desenvolver de forma sustentável, poupar os bens mais preciosos dos nossos filhos e netos.

É a garantia dos serviços ambientais, tão importantes para a saúde do Brasil urbano, e do Brasil rural.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 177/ 2013

Brasília, 01 de outubro de 2013.

Infelizmente esse equilíbrio está ameaçado. Governo Brasileiro tem atacado o meio ambiente de forma severa, primeiro com empreendimentos hidroelétricos ineficientes, que só prejudicam o meio ambiente e fornecem energia para atividades que despropriam os brasileiros de forma primária, como a mineração de ouro e o setor eletro-intensivo.

E agora, a Projeto de Emenda Constitucional 215 nada mais é do que um entrave burocrático para demarcação de Terras Indígenas, que a longa data são reivindicados pelos povos da floresta. Quanto mais tempo se demora para demarcar a terra, mais invasores, garimpeiros e grileiros invadem suas terras, maior é a violência na área e maior o problema fica.

Ainda pior que a PEC 215 a bancada ruralista quer aprovar o Projeto de Lei 227, que permitiria qualquer tipo de atividade em áreas indígenas, em resumo, um simplório projeto de lei poderá acabar com qualquer direito do indígena sobre sua terra. A plp 227 é inconstitucional e fere a convenção 169 da Organização internacional do trabalho. Essa decisão política marca o início do fim de uma civilização indígena brasileira. Se ela morrer, morre também o conceito de desenvolvimento sustentável, o sonho da humanidade que só poderia ser realizado pelo Brasil rico em florestas, não pelo Brasil dos pastos degradados, onde se produz menos de um boi por hectare.

Produtor rural, você que precisa da água nas suas lavouras, você que precisa do controle biológico de pragas, dos animais polinizadores no seu pomar, cafezal ou cultivo de flores, junte-se nós nessa luta. Cidadino, você que compreende a importância dos povos indígenas para manutenção dos serviços ambientais, seu valor cultural e linguístico. Junte-se a nós nessa luta.

"Os ruralistas dizem que tem muita terra para pouco índio mas. Muita terra têm os grandes produtores rurais, representados pela CNA. Segundo o IBGE, os 67 mil maiores proprietários possuem 195 milhões de hectares, 72% a mais que os índios. Além disso, as terras indígenas preservam 98% da sua vegetação nativa e prestam serviços ambientais a toda sociedade."

apib.org.br

belomonteofilme.org

raoni.com

Movimento Passe Livre adere a manifestação indígena em São Paulo

SÍTIO REDE BRASIL ATUAL, 30.09.2013

Entidade que convocou protestos pela redução da tarifa, em junho, anuncia que estará com povo guarani na Avenida Paulista dia 2 de outubro para marchar contra PEC 215



São Paulo – O Movimento Passe Livre (MPL) de São Paulo anunciou hoje (30) sua adesão à marcha indígena marcada para a próxima quarta-feira (2) na Avenida Paulista. Convocado pela Comissão Guarani Yvyrupa (CGY), entidade que congrega povos guarani do Sul e Sudeste, o protesto pedirá, entre outras reivindicações, o arquivamento da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215. Participarão do ato índios residentes em várias aldeias do estado.

O projeto pretende transferir para o Congresso

a palavra final sobre a demarcação de terras indígenas no país. Atualmente, conforme determina a Constituição de 1988, a competência é exclusivamente do governo federal – e os índios brasileiros acreditam que, uma vez esta prerrogativa seja repassada ao Legislativo, historicamente dominado pelos interesses das elites, novos territórios tradicionais jamais serão delimitados.

“Antes mesmo do MPL convocar as manifestações contra o aumento da tarifa, em 16 de abril indígenas de todo o Brasil invadiram o Congresso Nacional protestando contra a PEC 215, uma investida clara do agronegócio contra os direitos assegurados aos índios pela Constituição”, explicam os integrantes do movimento em nota publicada em sua página na internet.

“Essa ação-direta inspirou a radicalidade dos protestos que se seguiram em junho, e que se espalharam pelo país”, continua o texto. “Mas, se conquistamos a redução da tarifa em mais de 100 cidades e diversos movimentos sociais avançaram em suas pautas de reivindicação, os ataques aos indígenas aumentaram.”

De acordo com o Passe Livre, os “barões do campo” são os mesmos “barões das catracas”. O movimento relaciona os recursos financeiros investidos nos monocultivos de cana-de-açúcar e soja ao investimento no transporte individual movido a álcool e biodiesel. E lembram que, se o latifúndio expulsa os kayowá de suas terras no Mato Grosso do Sul, as grandes rodovias, construídas para dar vazão ao crescente número de veículos, recortam os territórios guarani-mbya e avá-guarani do Sudeste.

CONT.



Exemplo disso é a Terra Indígena do Jaraguá, na cidade de São Paulo, que no final da década de 1970 teve parte de sua superfície roubada pela construção da Rodovia dos Bandeirantes. Em plena ditadura militar, os guarani que habitavam o local não foram consultados. O resultado é que, hoje, cerca de 600 índios vivem no local, sem a menor condição de reproduzir suas tradições, como manda a Constituição. A aldeia do Jaraguá é reconhecidamente a menor terra indígena do país.

Essa situação calamitosa fez com que os guarani da capital antecipassem o início da Semana de Mobilização Nacional Indígena, convocada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) entre hoje (30) e sábado (5) para protestar contra a PEC 215. Na última quinta-feira (26), cerca de 200 guarani fecharam a Rodovia dos Bandeirantes por cerca de uma hora e meia para pedir não só o arquivamento do projeto, mas também a demarcação de suas terras em São Paulo, no Jaraguá e em Parelheiros, ambas já reconhecidas pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

“O Passe Livre sempre lutou por uma cidade feita para aqueles vivem e trabalham nela, da mesma maneira que o movimento indígena luta pela terra – a lógica dos despejos e da especulação imobiliária que nega aos pobres o centro das cidades é a mesma que expulsa os indígenas de seus territórios”, lembra a nota do movimento. “O MPL se soma à Comissão Guarani Yvyrupa na mobilização nacional convocada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil e convida todos e todas que estiveram conosco nas jornadas de Junho, para se juntar à dos índios que já dura mais de 500 anos.”



Boletim de Notícias - Edição nº 177/ 2013

Brasília, 01 de outubro de 2013.

Chamada para submissão de artigos sobre saúde indígena vai até 30 de setembro
SÍTIO ENFERMAGEM E SAÚDE, 30.09.2013

Está aberta a chamada pública para submissão de artigos a serem publicados na Revista Tempus Actas em Saúde Coletiva, que terá uma edição especial sobre Saúde Indígena e Controle Social. Ela será lançada em novembro, durante a realização da Etapa Nacional da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, em Brasília (DF). A chamada vai até o dia 30 de setembro.

A revista é coordenada pela professora doutora Luciana Benevides Ferreira (DSC-UnB). A edição especial tem como objetivo central as relações entre os povos indígenas, a saúde e os movimentos sociais. Este número especial também pretende contar com contribuições em três eixos principais: a participação, o controle social e a saúde dos povos indígenas; os movimentos indígenas e a sua relação com as políticas públicas de saúde; e a relação intercultural no campo da saúde.

Mais informações podem ser obtidas no site da revista.

Fonte: Sesai/MS



Depois de duas horas de negociação, indígenas têm entrada liberada no Congresso
SÍTIO PORTAL EBC, 01.10.2013

Brasília - Depois de quase duas horas de negociação, um grupo de 70 indígenas teve a entrada liberada para uma audiência pública, na Comissão de Direitos Humanos no Senado, em comemoração aos 25 anos da Constituição. O encontro estava previsto para as 10h, mas ao chegar ao Congresso, por volta das 9h30, lideranças indígenas foram barradas pela Polícia Legislativa do Senado. Como condição, estão sendo recolhidos flechas, chocalhos e adereços indígenas que possam ser usados em casos de tumulto.

A informação passada anteriormente era de que apenas 20 deles iriam entrar, o que causou confusão. Segundo os indígenas, o acordo era que todos eles participassem das discussões. A presidenta da comissão, Ansa Rita (PT-ES), intermediou a situação com a Polícia Legislativa. Ela foi informada de que apenas 30 seriam liberados.

"Estou sendo desautorizada pela Polícia do Senado como se eu não tivesse nenhuma responsabilidade. Eles estão aqui a nosso convite para uma celebração", disse. "Por que os médicos, artistas, atletas e outras categorias não têm limite de entrada? Todas vez que sem-terra, indígenas e grupos ligados a agricultura familiar vêm aqui temos problemas som a Polícia Legislativa? Isso é discriminação."

O diretor da Polícia Legislativa do Senado, Pedro Carvalho, destacou que estava seguindo uma ordem do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e que só ele poderia autorizar a entrada de todo o grupo.

Edição: Talita Cavalcante



CFP participará da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena

SÍTIO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 30.09.2013

O encontro ocorre de 26 a 30 de novembro, em Brasília

Com o tema "Subsistema de Atenção à Saúde Indígena e SUS: Direito, Acesso, Diversidade e Atenção Diferenciada", será realizada, de 26 a 30 de novembro, a etapa nacional da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena (CNSI), em Brasília (DF). O Conselho Federal de Psicologia (CFP) estará presente e, como possui vaga de titular no Conselho Nacional de Saúde (CNS), contará com a participação de sua representante, a psicóloga Rosimeire Silva, como delegada.

O evento tem como eixos temáticos a "Atenção Integral e Diferenciada nas Três Esferas de Governo"; "O Controle Social e a Gestão Participativa"; "Etnodesenvolvimento e Segurança Alimentar e Nutricional"; e "Saneamento e Edificações da Saúde Indígena".

As propostas do I Encontro Nacional de Psicologia, Povos Indígenas e Direitos Humanos servirão de subsídio para as discussões da 5ª CNSI. O documento foi entregue pela representante do CFP aos demais conselheiros na última reunião ordinária do CNS. O I encontro, realizado em agosto deste ano, em Dourados (MS), foi marcado pela diversidade e contou com mais de mil psicólogas (os) durante os três dias de evento.

Ilha do Bananal: Projeto de travessia quer atender cinco mil índios
SÍTIO REDE TOCANTINS DE NOTÍCIAS, 30.09.2013

Estudo prevê destinação de recursos com pedágios para aldeias



Considerado o novo corredor de exportação do país, o projeto de construção da rodovia TO-500, a Travessia da Ilha do Bananal, além de resultados para a economia, propiciará melhoria na condição de vida de cerca de 5 mil indígenas de 22 aldeias tocantinenses da área. O estudo feito pelo engenheiro José Rubens Mazzaro e que está sendo apresentado pelo governador Siqueira Campos em aldeias tocantinenses prevê destinar aos indígenas parte dos recursos arrecadados com pedágio e compensações sócio-ambientais como, por exemplo, investimento em saúde, educação e infraestrutura.

Nesse domingo, 29, o governador voltou a visitar uma comunidade indígena para discutir a viabilidade da obra e ouvir as famílias. Desta vez o local escolhido foi a aldeia Canuana, em Formoso do Araguaia (327 km de Palmas). Esta foi a sua segunda visita em uma semana para tratar da pauta. No dia 22, ele esteve na aldeia Santa Isabel (divisa do Tocantins com São Félix do Araguaia-MT).

Na Canuana, ele reafirmou a posição do governo: defesa dos interesses das famílias da área. "Quero que vocês se reúnam e discutam. Estou aqui para dizer a vocês, como fiz na [aldeia] Santa Isabel: 'Queremos fazer do jeito que vocês decidirem porque o projeto é para beneficiar vocês, para dar oportunidade e melhoria e qualidade de vida ao povo de vocês'", afirmou.

CONT.



Orçada em R\$ 1,053 bilhão, a TO-500 terá 90 km. A sua construção possibilitará a ligação de dois trechos da BR-242: nas barrancas do Rio Javaé (cujas origens são Salvador-BA) até o Estado do Mato Grosso. Entre os serviços previstos estão sete pontes, uma delas sobre o Rio Araguaia, alambrados laterais, 108 passagens inferiores (para segurança aos pedestres e evitar acidentes com índios ou animais na tentativa de atravessar a via), duas praças de pedágio e bolsões que servirão de pontos turísticos. A ideia é realizar o serviço por meio de parceria público-privada (PPP).

Diálogo

No encontro que reuniu representantes e líderes de 13 aldeias, Siqueira Campos determinou que técnicos do Estado aprofundassem as discussões sobre a viabilidade e compensações que as comunidades indígenas terão com a obra. Conforme Mazzaro, o mesmo trabalho é feito junto a órgãos ambientais estaduais e federais.

Um dos presentes, o cacique Tehambi Javaé apoiou a iniciativa de discutir o tema com os demais membros da comunidade. "Vamos ouvir os caciques, as comunidades e saber qual é a decisão", disse. Darci Javaé, outro líder indígena presente, concordou com a ideia. "Cada membro será ouvido." Já Mazzaro, reafirmou a importância da discussão. "Por determinação do governador, vamos ampliar esse contato, expor às famílias e aos caciques os benefícios desta obra e as compensações que terão e discutir demandas que serão apresentadas", afirmou.



Mobilização indígena em Roraima: um ato de amor à mãe terra e contra a violação dos direitos indígenas e a PEC 215

SÍTIO RACISMO AMBIENTAL, 30.09.2013

Com o início da Mobilização Nacional, ocorrida hoje, 30, em Brasília, os povos indígenas de Roraima fortalecem o movimento, realizando a mobilização local, na quarta-feira, 2, na Comunidade Indígena Sábua, Terra Indígena São Marcos, município de Pacaraima, aproximadamente a 190 km da capital Boa Vista.

Foi mobilizada a participação das comunidades indígenas, das onze etnoregiões do Estado, envolvendo os povos indígenas Macuxi, Wapichana, Taurepang, Patamona, Ye`kuana e Yanomami, com a participação de movimentos sociais. A expectativa é reunir mais de mil pessoas.

A abertura do movimento será às 8h, com apresentações de danças e cantos tradicionais e a entoação do hino Nacional na língua indígena. Em seguida, as lideranças e organizações indígenas vão expor os objetivos da mobilização. Para o momento foram confeccionados faixas, cartazes e bandeiras, expressando repúdio a PEC 215 e PPL 227, contra a Portaria 303 da AGU, a bancada ruralista, contra o governo Dilma, assim como, a favor das demarcações de terras indígenas, respeito aos direitos constitucionais, à sustentabilidade, à autonomia e ao respeito à vida dos povos indígenas.

Assumindo o compromisso de luta pela garantia dos direitos conquistados, através das lutas das lideranças indígenas na época da Constituinte, crianças, jovens e mulheres participarão do ato de protesto contra a PEC 215 e outras leis que violam os direitos indígenas, às 9h.

À tarde haverá apresentações das atividades culturais das regiões, pronunciamento das crianças e jovens, leitura da Carta de Repúdio destinada às autoridades locais e nacionais. O encerramento será com o grande ato de protesto dos povos indígenas de Roraima.

Os povos indígenas convidam toda sociedade a também participar da mobilização local, pois não se trata só dos direitos indígenas, mas direitos humanos. Um chamado, a busca de sociedade mais justa, cidadã, pois um país rico é um país que respeita a diversidade cultural indígena, principal formação política, social e cultural do Brasil. Viva até o último índio!

Para o deslocamento dos participantes sairão da sede do Conselho Indígena de Roraima dois ônibus, às 4h da madrugada, no dia 2, com destino ao local da mobilização. A sede do CIR fica localizada na Avenida Sebastião Diniz, 2630, São Vicente, em Boa Vista. Mais informações e confirmação de presença na Secretaria da organização, através do contato (95) 3224-5761 ou na própria sede.

Esclarecimentos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 177/ 2013

Brasília, 01 de outubro de 2013.

A organização do movimento esclarece que nenhum momento foi discutido, na programação da mobilização, o fechamento da BR 174, embora o acesso tenha sido construído dentro da Terra Indígena São Marcos. A mobilização será realizada de forma pacífica, sem causar transtornos e na mesma perspectiva de outras mobilizações, sendo de forma organizada e com foco nos seus objetivos.



Boletim de Notícias - Edição nº 177/ 2013

Brasília, 01 de outubro de 2013.

Interesse Público: MPF defende direito à terra dos quilombolas

SÍTIO PGR, 30.09.2013

No Interesse Público desta semana, você vai ver que, no Mato Grosso do Sul, o Ministério Público Federal (MPF) entrou com processo para defender o direito à terra dos quilombolas em área disputada com produtores rurais. O estado tem duas comunidades remanescentes de quilombos tituladas e dez em processo de reconhecimento.

Veja também que o MPF firmou parceria com Receita Federal e com a Procuradoria-geral da Fazenda Nacional para aprimorar combate à sonegação de impostos.

O Interesse Público também traz como destaque o encontro da Câmara Criminal do MPF, que objetivou analisar como a atuação penal pode contribuir para a conquista das oito metas do milênio traçadas pela ONU.

No Rio Grande do Norte, o MPF defende a garantia de segurança aos banhistas que frequentam praias da zona sul de Natal. O MPF no estado acompanhou o caso de uma obra no calçadão da faixa litorânea e recorreu à Justiça para garantir a segurança de moradores e visitantes.

Onde assistir – O Interesse Público é uma revista televisiva semanal produzida pela Procuradoria Geral da República, em parceria com a AP Vídeo Comunicação e colaboração das unidades do MPF nos estados. O programa inédito é transmitido pela TV Justiça na terça-feira, ao meio dia, com reapresentações na quinta-feira, às 7 horas; nos sábado, às 13h; e na segunda-feira, às 19h.

Você pode conferir o Interesse Público em tempo real, no site da TV Justiça (www.tvjustica.jus.br). As reportagens podem ser revistas no site da PGR (www.pgr.mpf.gov.br) link "Interesse Público" ou na página do MPF no Youtube (www.youtube.com/tvmpf) envie críticas e sugestões pelo endereço eletrônico interessepublico@pgr.mpf.gov.br.

Secretaria de Comunicação Social
Procuradoria Geral da República
(61) 3105-6404/6408